

EDITORIAL

A cidade brasileira passou por mudanças drásticas nos últimos trinta anos e não é a mesma em relação às últimas décadas do século XX. Apresenta-se muito espraiada, dispersa funcionalmente e, muitas vezes, fisicamente. Expande-se de modo ora contínuo, ora fragmentado, sendo constantemente reestruturada para comportar milhares de novos veículos que chegam a suas vias, facilitam a mobilidade de alguns segmentos da população e favorecem a criação de formas (há não muitos anos inéditas) com avenidas e estradas ladeadas por *shoppings centers*, *outlets*, supermercados, lanchonetes e tipos de comércio estruturados para receber consumidores motoristas.



Área comercial em Sorocaba, SP, Brasil.
Foto: Silvio Macedo – 2014

As cidades de médio e grande porte têm paisagem predominantemente horizontal, mesmo com a verticalização se espraiando por setores urbanos diversos, sendo comuns quadras inteiras ocupadas por condomínios verticais. Mesmo cidades como Rio de Janeiro e São Paulo são horizontais, apesar de possuírem algumas de suas áreas mais visíveis, como as centrais, bastante ou totalmente verticalizadas: Barra da Tijuca,

Ipanema, Leblon e Copacabana na capital fluminense; Jardins, Higienópolis e Vila Olímpia na capital paulista. Paralelamente, com o amuralhamento de loteamentos e condomínios e o fechamento por muros altos ou gradeamento, aumenta a segmentação de setores urbanos expressivos – processo cada vez mais crescente, que atinge grande parte do território das cidades.



Loteamentos fechados na região da Grande Campinas, SP, Brasil.
Foto: Silvio Macedo – 2014

A apropriação de espaços públicos nunca foi tão intensa, com incremento cada vez maior de atividades ao ar livre que extrapolam, em número e diversidade, atividades comuns até a virada do século. Aumentaram as caminhadas, a prática de esportes ao ar livre, o andar de bicicleta, comer em mesas na calçada, andar de *skate* e, conseqüentemente, a demanda por espaços apropriados para tais atividades, como ruas adaptadas para ciclismo, calçadas mais generosas, parques, praças e calçadões.



Caminhada no parque do Ibirapuera, São Paulo, SP, Brasil.
Foto: Silvio Macedo – 2014

Neste século, com a legislação ambientalista consolidada após a Constituição de 1988, o número de áreas urbanas de proteção ambiental, parques e áreas de conservação aumentou – estas possibilitando a criação de sem-número de novos parques, especialmente parques lineares. Extremamente valorizada, a arborização urbana, em especial o uso de espécies nativas, ainda não se consolidou.

Apesar do incremento de usos do espaço urbano e, por conseguinte, do aumento da demanda por espaços livres paisagisticamente tratados, não há investimentos de porte, contínuos e consistentes, por parte do poder público, em espaços livres com qualidade paisagística. Projetos paisagísticos com alguma qualidade são poucos – em número e em relação à demanda e quantidade de novos espaços criados – e vários são formalizados através de projetos simples, feitos por equipes técnicas sem grande preparo para realizá-los.

O viés ambientalista em vigor nas secretarias de Meio Ambiente, responsáveis pela implantação de praças e parques, tem causado limitações à criação de projetos paisagísticos – em especial de parques – que atendam demandas sociais de modo pleno, particularmente esportivas e recreativas, restringindo-se muitas vezes apenas a investimentos em logradouros com restrições aos usos urbanos cotidianos. Somente alguns casos, a maioria logradouros de alta visibilidade, recebem tratamento paisagístico de qualidade e grandes investimentos em sua formalização. Por outro lado, no

âmbito privado cresce a demanda por novos projetos de paisagismo em áreas turísticas, corporativas e comerciais destinadas às classes média e alta.

A **Paisagem e Ambiente**: ensaios, dando continuidade à divulgação de estudos sobre paisagem e paisagismo no Brasil, apresenta nesta edição um texto inédito, concluído em 2015, da Dra. Miranda Martinelli Magnoli: *Paisagens urbanas: imaginário na fase atual da globalização*. Nele a autora, uma referência na construção das bases conceituais do paisagismo brasileiro, desenvolve importante reflexão sobre a formação da paisagem urbana, em especial da produzida nas últimas duas décadas. A publicação desse texto, para nós muito significativo e naturalmente inserido na seção **Fundamentos**, é uma homenagem à autora, especialmente convidada para esta edição. Trata-se de trabalho valoroso de uma pesquisadora, professora e arquiteta que há cerca de sessenta anos se dedica aos estudos da paisagem brasileira.

Na seção **Pesquisa**, resultados relevantes. Arthur Simões Caetano, jovem pesquisador, realizou um trabalho consistente sobre testemunhos de um dos tantos córregos canalizados na cidade de São Paulo, o córrego do Mandaqui. Seu texto é resultado de um trabalho vinculado ao projeto de pesquisa Córregos Ocultos em São Paulo, desenvolvido pelo Laboratório Paisagem, Arte e Cultura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (LabParc/FAUUSP), sob coordenação do prof. dr. Vladimir Bartalini. Outros dois textos fazem parte desta seção e versam sobre a vegetação na cidade. *ArbVias*: método de avaliação da arborização no sistema viário urbano, de Roberto Vignola Junior, expõe um método consistente de quantificação da arborização urbana. Fabio Angeoletto, Jeater Waldemar Maciel Correa Santos e Juan Pedro Ruiz Sanz exibem um estudo sobre a arborização dos quintais da cidade de Maringá, resultado de trabalho de pesquisa desenvolvido na Espanha e no Brasil, intitulado *¿Hay flores en el jardín? La vegetación cultivada en patios urbanos a través de un gradiente social*.

Dois artigos bastante diversos compõem a seção **Paisagem Urbana**: *Lugares públicos como potencialidade*: uma leitura urbana do Centro Histórico de São Paulo, de Eugenio Fernandes Queiroga e Lilian Dazzi Braga Rumpf, e *Políticas para gerenciamento da mídia exterior na paisagem urbana*: um paralelo entre os casos de São Paulo e Florianópolis, de Vanessa Casarin e Alina Gonçalves Santiago, que se dedicaram à avaliação de dois programas públicos importantes – Cidade Limpa e Renovar – que objetivam a melhoria das características da paisagem urbana de São Paulo e Florianópolis.

Para a seção **Projeto** recebemos a contribuição de Gerson Amaral Lima e Paulo Renato Mesquita Pellegrino, com um estudo experimental das possibilidades de projeto paisagístico e ambiental para um trecho da Subprefeitura Jaçanã/Tremembé, no município de São Paulo, intitulado *Parques lineares do Tremembé: o uso de infraestruturas verdes na criação de um sistema de espaços livres*.

Em **Ensino**, *Apontamentos sobre o ensino de paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo da Região Sul do Brasil*, de Alessandro Filla Rosaneli, possibilita refletir sobre as disciplinas de paisagismo ministradas em algumas das escolas mais importantes da Região Sul do Brasil, em um momento de expansão dos cursos de arquitetura e urbanismo no país, e os desafios para implementá-los.

Fechando esta edição, o prof. dr. Vítor Oliveira apresenta uma resenha sobre o *ISUF 2014 – International Seminar of Urban Form*, realizado na cidade do Porto, em Portugal. Nosso colaborador comenta a estrutura e os principais resultados do evento, particularmente em relação à forma e à paisagem urbana.

Comunicamos aos nossos leitores que a revista obteve o código DOI – Digital Object Identifier (ver Normas para Publicação) –, encontra-se indexada no Latindex (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal) e possui novo modo de submissão de textos. Esta deve ser realizada através da submissão eletrônica, acessando <<http://www.revistas.usp.br/paam/about/submissions>>. A **Paisagem e Ambiente**: ensaios encontra-se em processo de internacionalização, por isso os artigos para as edições de 2016 deverão ser enviados em português e, caso aprovados, vertidos para o inglês pelo autor.

Silvio Soares Macedo
Editor
Agosto/2015